

SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA DESVENDANDO CAMINHOS E UTOPIAS

O presente texto examina a problemática da socioeconomia solidária, estabelecendo uma interlocução com a questão democrática. Entretanto, procuraremos ressignificar a teoria, situando uma experiência de economia - o Banco Palmas - numa tentativa de valoração da dimensão territorial, desencadeadora de novas sociabilidades que vão além dos meros arranjos produtivos.

A temática da socioeconomia solidária vem sendo tratada por especialistas de várias áreas do conhecimento, instituindo um diálogo multidimensional e tendo como perspectiva o desenho de um novo modelo de desenvolvimento, alternativo ao processo de acumulação capitalista, ancorado no processo de globalização. Esse processo põe em cheque o paradigma fordista, desencadeia uma série de mudanças no mundo do trabalho e propõe a necessidade de flexibilizar as relações trabalhistas - o assalariamento perde a centralidade -, bem como instituir outras formas de inserção produtiva. A privatização do Estado é considerada uma

ELZA MARIA FRANCO BRAGA*

RESUMO

Diante das transformações nas relações de trabalho no contexto da sociedade contemporânea, estão emergindo novas formas de sociabilidade. Uma destas se concretiza através de experiências de socioeconomia solidária, as quais, por sua vez, vêm imprimindo uma nova dinâmica de territorialização, mediante a emergência de redes. Assim, o exame da experiência do Banco Palmas, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, estado do Ceará, possibilita apreender novos espaços, nos quais expressões de autonomia, auto-gestão e empoderamento desen-cadeiam práticas sociais fecundas e geradoras de vivências democráticas. Os movimentos e a organização impulsionadores dessas ações compartilhadas desnudam a conformação de espaços públicos de produção, de consumo, de informação, de conhecimento, em que a questão do poder e da sustentabilidade tem engendrado um instigante campo analítico nas ciências sociais.

ABSTRACT

The transformation of labor relations in the context of modern society is giving impetus to new forms of solidarity. One of those forms is emerging through the experiences of the socioeconomic solidarity, which, in turn, is establishing a new territorial dynamics through the rise of networks. Thus the research on BANCO PALMAS, in the Palmeira neighborhood, in Fortaleza, the state of Ceará, revealed the constitution of new spaces, which unleashed rich social practices new democratic experiences. The movements and organizations of these shared actions led to the structuring of public spaces based on production, consumption, information, knowledge, where the issue of power and sustainability promoted a curious analytic camp in the social sciences.

* Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará. Correio eletrônico: pomeiza@ufc.br.

necessidade frente ao esgotamento do modelo intervencionista, construindo, assim, as condições necessárias para expandir, mediante diferentes estratégias no campo do capital financeiro e produtivo, um modelo neoliberal, cujos ditames preconizam a fragilização do Estado-nação diante dos países hegemônicos e do Fundo Monetário Internacional (FMI) - o mercado emerge como o regulador da economia e da política.

Diante da constatação dessas dinâmicas, o governo brasileiro e os de outros países latino-americanos, com seus diferentes matizes, optaram - face às injunções políticas do bloco dominante - por uma inserção subordinada e passiva na dinâmica globalizante¹, gerando um crescente quadro de endividamento, de vulnerabilidade frente aos fatores desestabilizadores e de choque externos, além de desenvolver uma profunda exclusão social. No marco do governo Fernando Henrique

Cardoso, o nível de vulnerabilidade foi aprofundado diante da abertura indiscriminada nas esferas comercial, tecnológica, financeira, monetária, cambial e na produção real (CORREIA LEITE, 2003).

Hoje, distanciadas dos marcos dos anos 90, as ilusões plantadas pelo ciclo da globalização estão "caindo por terra". A fragilidade² do neoliberalismo se torna cada vez mais evidente. A sua expressão mais cruel se apresenta em relação à concentração de renda e ao aprofundamento da exclusão social em amplos setores populacionais, em que as manifestações da fome, da desnutrição e da violência se disseminam no tecido social.

O atual governo ainda não foi capaz de apresentar sinais contundentes de ruptura em relação à política econômica instaurada pelas forças do poder hegemônico, em sintonia com a política econômica mundial.

Dentre as inovações preconizadas, merece destaque a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome (MESA), posteriormente transformado no Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome que, por meio do Programa *Fome Zero* e de outras ações³, vem introduzindo inovações e redesenhando um novo paradigma de políticas públicas, ainda que as ações estruturantes necessitem de uma temporalidade política para lograr uma pactuação política. Nesse pacto, a ação da sociedade civil organizada e da intelectualidade de esquerda tem um papel fundamental no que se refere à mobilização social e à formação de opinião pública crítica, propositiva e potencializadora da ação governamental. Diante desse complexo quadro, a esquerda no governo está submetida a inúmeros e crescentes aprendizados necessários para se lograr um novo patamar de relação com a sociedade, instituidor de uma nova cultura política. Tais mudanças estão mediadas por um tempo político⁴ necessário, cujas conseqüências virão imprimir respostas com impactos positivos ou negativos no quadro de exclusão social. Esse olhar crítico é fundamental frente ao "andar da carruagem", o que não significa dizer que se corrobora com aqueles que abraçam a tese fácil do continuísmo do atual modelo de gestão em relação aos governos passados.

No bojo das políticas sociais estruturantes, a questão da geração de trabalho e renda,

do microcrédito solidário e de experiência de auto-gestão está se apresentando como um dos caminhos inovadores que instigam, "por baixo", a necessidade de articulação de políticas e que, ao mesmo tempo, está se colocando como elemento promissor na busca da eficácia e sustentabilidade em relação à dinâmica do processo de inclusão social. A esse respeito, é possível visualizar a preocupação em resgatar experiências exitosas no âmbito dos arranjos produtivos solidários. O relevo dado a essa questão se expressa no âmbito da discussão e dos aprendizados e de ações concretas desencadeadas por iniciativas populares, as quais vêm sendo consideradas pelo atual governo quando, por exemplo, cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária.⁵

Socioeconomia solidária: trilhas democráticas

No momento em que urge qualificar a política como uma trilha fecunda para restabelecer uma nova ordem social, é importante que o pensamento sociológico contemporâneo construa, de forma criativa, arcabouços teóricos capazes de resgatar, analiticamente, as invenções da sociedade.

Nessa direção, os movimentos sociais na década de 70 fecundaram, no âmbito das ciências sociais, um redimensionamento teórico no sentido de apreender a nova lógica impressa pelos "novos atores sociais", atuando em espaços cotidianos eivados de lutas em busca da afirmação de direitos. Esses novos protagonistas impulsionarão os pesquisadores a construir novos arcabouços teórico-conceituais. Assim, as dinâmicas da realidade social em espaços micro instigaram os intelectuais a construir novos arranjos teóricos capazes de explicar as lutas sociais, em que as questões do direito ao trabalho, da identidade, da cidadania e da participação social adquiriam centralidade no cenário político da construção democrática.

Na década de 90, as experiências produtivas solidárias colocaram uma nova vertente para

pensar o trabalho: as políticas públicas e a questão democrática. A concentração de investimentos nas mãos das grandes corporações produtivas vem sendo contestada por vários setores sociais, em virtude da incapacidade de desenvolver estratégias inclusivas para amplos setores da classe trabalhadora, na condição de sujeitos sociais. A realidade cruel da apartação social, instaurada na sociedade contemporânea, expressa uma contradição inerente ao sistema capitalista e que, por força do processo de globalização, vem se expandindo e se aprofundando, aumentando o fosso entre pobres e ricos.

Paul Singer, que encarna o duplo papel de estudioso e militante, elabora a definição de socioeconomia solidária⁶ como sendo o resgate do potencial revolucionário da práxis autogestionária e cooperativa-instituidora de relações entre sociedade, economia e política - capaz de animar um projeto socialista a partir de experiências anticapitalistas protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras (SINGER, 1998).

A socioeconomia solidária, configurada em diferentes experimentos de sociabilidade, coloca em xeque os pressupostos da democracia formal capitalista, que não são capazes de assegurar os direitos sociais para amplos setores das classes populares. O conceito de democracia é complexo e apresenta uma função descritiva, mas também persuasiva e normativa. Muitas vezes, a democracia é reduzida à sua esfera política, não contemplando, portanto, suas dimensões econômica e social. A democracia como um ethos, como um princípio de igualdade nos remete à concepção de democracia econômica, pressupondo distribuição de renda e de oportunidades. Entretanto, a sua concretização requer a sedimentação de valores não-capitalistas.

Nessa direção, a socioeconomia solidária - ao desenhar arranjos produtivos locais - explicita uma estratégia de geração de trabalho e de renda, e os grupos envolvidos resgatam o sentido da cidadania, da realização humana e da capacidade de reproduzir-se enquanto força de trabalho,

produzindo, assim, o sustento para si e para a sua família. Entretanto, ela não se esgota nessa dimensão, pois constrói um espaço de sociabilidade orientado pela solidariedade, pela partilha e pela cooperação. Constitui, portanto, uma alternativa de articulação em redes de micro-democracias, apontando não somente para uma perspectiva macro e ideal, mas também para a concretização de experimentos locais e micro, fecundadores de novos valores sociais. O cotejo entre essas duas dimensões é fundamental para não se incorrer em duas posturas muito freqüentes no plano da política: o realismo equivocado e fechado e o perfeccionismo inatingível.

Diferentes experiências de autogestão vêm se multiplicando em distintos países⁷ como também no contexto brasileiro, calcadas numa dimensão territorial e espalhadas pelo campo e pela cidade por meio de: cooperativas de produção, trabalho e crédito; bancos populares e outras formas que desnudam novas possibilidades de socializar a riqueza e o poder. A perspectiva emancipatória orienta o discurso e as práticas sociais de modo a construir um novo sujeito coletivo em que a constituição de redes é fundamental para fazer brotar a sustentabilidade dessas iniciativas, que constroem um tecido socioprodutivo nos marcos da adversidade do contexto capitalista. Assim, conforme sublinha Coraggio:⁸

As propostas de economia social, empresa social e socioeconomia solidária, as políticas de renda cidadão, a democratização da gestão e a eficiência no investimento social são propostas que podem existir cooperativamente, como aproximações orientadas por valores ou mecanismos particulares, compartilhando a mesma estratégia de buscar um desenvolvimento humano generalizado, fundado no desenvolvimento endógeno urbano de base popular (CORAGGIO, In: BOCAYUVA, p. 7).

A dimensão ética e a questão da radicalidade democrática se articulam em prol da instauração de uma nova institucionalidade alicerçada em relações horizontais de base territorial em que o trabalho vivo articula e integra relações de produção e de consumo solidários. A sustentabilidade da socioeconomia solidária está intrinsecamente ligada à capacidade de construir formas de gestões democráticas em que os novos valores e as redes potencializam a criatividade necessária, a fim de fazer brotar uma nova lógica material e imaterial.

Situar o Banco Palmas como uma experiência em curso na cidade de Fortaleza, nos leva a apreendê-lo nos planos objetivo e subjetivo, como uma rede imbricada em relações internas e externas, demarcadas por distintas temporalidades políticas, em que uma população pobre é instigada a construir um novo cenário que promova a inclusão social.

Banco Palmas: construindo novos caminhos

A experiência do Banco Palmas como um projeto de socioeconomia solidária vem sendo difundida no estado do Ceará, no Brasil e em vários outros países. Uma sucessão de lutas, de conflitos e de conquistas marcam a história dos moradores - que foram transferidos, na década de 70, de várias localidades próximas do centro da cidade para esta área da periferia de Fortaleza, denominada de Conjunto Palmeiras. A expulsão dos pobres era, naquela época, uma exigência do poder público municipal, na perspectiva de reutilizar tais espaços para desenvolver projetos urbanísticos e, assim, contribuir para galgar o status de metrópole moderna, segregando a população favelada em áreas distantes do núcleo urbano.

Fortaleza, como também outras cidades brasileiras, foi cenário de numerosas mobilizações da população no final da década de 70 e, nos anos 80, gestou diferentes formatos organizativos. É nesse contexto que surgem vários movimentos de bairros, dentre os quais merece destaque a

Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) por aglutinar diferentes forças sociais, sedimentando aprendizados e saberes, que consolidaram, ao longo de três décadas, diferentes tempos políticos. Os moradores desencadearam várias lutas: por moradia digna, por infra-estrutura, por escola, por transporte, por saúde, enfim, por uma vida digna. As pastorais sociais e as atividades no plano da cultura reafirmaram a identidade coletiva e o sentimento de pertença, ainda que numa ambiência territorial tão adversa no que concerne às condições de vida. O jornal comunitário, os programas de rádio, os grupos de teatro, as publicações que resgatavam as histórias de luta do bairro, os seminários e oficinas são algumas das várias expressões de um pulsar cotidiano, em que a participação popular fez brotar lideranças capazes de empoderar grupos de moradores e de desenhar espaços interativos e em comunicação com sistemas sociais externos ao bairro, até então de difícil acesso para a grande maioria da população.

Assim foi se constituindo um capital social que seria um capital aglutinado nas mãos de indivíduos ou de grupos capazes de dotar os seus membros com créditos, podendo ser mantido ou reforçado, à medida que os seus membros construam e alimentavam as relações em redes, envolvendo instituições e pessoas. O capital social pode ser analisado a partir de dois pontos de vista: de um lado, como um elemento instituidor da estrutura social; do outro, no seu aspecto inibidor das incertezas impostas pela estrutura social, de modo a potencializar os resultados e os produtos originados de relações em detrimento de ações individuais (BOURDIEU, 1994).

Nessa mesma direção, Putnam argumenta que o capital social contempla dois

(...) aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação para benefício mútuo (In: CONSTANZO, s/d, p. 3).

As reivindicações e as conquistas no campo da urbanização - que impulsionaram o processo de luta no bairro, nos anos 70 e 80 - foram se mostrando insuficientes, no marco dos anos 90, diante do quadro de desemprego e de subemprego existente no bairro. Esse quadro inibia a perspectiva de futuro, ocasionando desesperanças nas famílias e, sobretudo, nos jovens e nas mulheres chefes de família. Adicionado a isso, se evidenciava uma crescente especulação imobiliária. Muitos moradores pobres - ao verem suas casas mais valorizadas face às melhorias na infra-estrutura urbana, e diante da vulnerabilidade impressa pelo estado de pobreza - eram levados a vendê-las para aqueles que tinham uma situação socioeconômica mais estável (BRAGA, 1995).

Nas discussões realizadas por ocasião do I e II seminários "Habitando o Inabitável", foi se constatando que:

(...) não adianta urbanizar, melhorar as condições de moradia na favela, sem que a isso venha se juntar uma alternativa de geração de renda (MELO NETO & MAGALHÃES p. B-16).

Uma série de questionamentos passou a sedimentar uma consciência coletiva: "por que nós, que temos um ofício e somos trabalhadores, não conseguimos um trabalho e uma renda? Por que nós, que consumimos produtos e serviços, muitas vezes o fazemos fora do bairro? Por que alguns pequenos comerciantes que vendem alimentos estão tendo que fechar seus negócios devido ao fraco movimento, quando na realidade todos temos que comer, mesmo que minimamente?"

Essas e outras perguntas foram apropriadas por lideranças do bairro. Muitas dessas lideranças, no decorrer de suas trajetórias de vida, cresceram politicamente nas lutas cotidianas, mas também - mediante cursos realizados - tiveram a oportunidade de incorporar novos saberes, tornando-se "pesquisadores⁹ populares", potencializando-se, assim, enquanto capital social.

O aprendizado e as redes de relações instituídas possibilitaram a criação de um banco popular, o Banco Palmas, no dia 20 de janeiro de 1998, o qual constitui uma espécie de guarda-chuva, capaz de estimular e abrigar as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades produtivas solidárias no bairro. Uma das lições tiradas pela população era de que "não havia como superar a pobreza sem correr riscos e sem ousadia":

Nosso 'atrevimento' em batizar o projeto de Banco Palmas, afirmando-o como banco dos excluídos, se contrapondo às regras do sistema financeiro nacional, fez com que posteriormente algumas portas se abrissem. Se por um lado isso causaria a impressão de que se tratava de uma grande instituição financeira - aumentando as expectativas dos moradores e das instituições em relação ao nosso trabalho -, por outro, ganhamos a visibilidade de que nosso projeto de geração de renda precisava (MELO NETO & MAGALHÃES, 2003 p. G-16 e H-16).

A logomarca do Banco e dos demais "produtos solidários" - a palmeira - expressa uma dupla simbologia: uma relacionada com a denominação do Conjunto e, outra, resgata o significado da planta que, bem cuidada e cuidada por todos, cresce e produz frutos a serem apropriados coletivamente. Os frutos surgiram com o viço da palmeira, materializado por meio de vários projetos solidários (o banco, a moeda, a feira dos produtores locais, o Palmafashion e demais projetos constantes em quadro anexo).

O cartão de crédito instituído - o PalmaCard - simboliza a possibilidade de reconstruir um outro patamar de identidade local, à medida que articula o produtor e o consumidor solidários, numa cadeia. O capital inicial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) demarca um novo tempo, uma postura ousada e a abertura de novos campos de sociabilidade: a criação de um cartão de crédito num bairro por intermédio de meios de

comunicação locais, e, depois, através de outros de circulação nacional.

A gestão solidária do cartão era uma qualidade que o diferenciaria dos demais cartões. Assim, seu espaço de circulação seria o bairro, porque buscava aquecer a economia local e, portanto, o desafio consistia em aproximar - mediante uma teia de relações - o consumidor e o produtor (encarnado inicialmente no comerciante, depois nos produtores locais). A incorporação dos interessados no circuito do cartão se realizava por meio de um aval dos vizinhos - que atribuíam uma credibilidade às pessoas para integrarem e serem protagonistas dessa rede. Portanto, era uma lógica concertada, diferentemente do aval do SPC, do CADIN e de outras instâncias formais de consulta.

A convivência cotidiana e a incorporação de uma postura de crença diante do cartão como um projeto coletivo, cujo sucesso exigiria a contribuição crescente da população, não foi uma tarefa fácil, conforme destaca o enunciado a seguir:

As primeiras semanas foram difíceis. Embora anteriormente tivéssemos gerenciado a maioria das obras de urbanização do bairro, nunca tínhamos implantado um projeto econômico claramente voltado para superar a situação de pobreza. Nos tornamos referência nessa área para os moradores e começamos a ser cobrados por respostas eficazes para geração de trabalho e renda (...). Os comerciantes do Palmeira demoraram a aceitar o cartão, tinham medo de perder seu capital de giro. Foi preciso conquistar um por um, sem desanimar. Aquele primeiro ano foi bastante difícil! (MELO NETO & MAGALHÃES, 2003, p. I -16 e J-16).

Entretanto, vale salientar que o Banco Palmas foi o grande marco instituidor de um novo tempo e demarcador de vivência de valores, sedimentado pela lógica das relações solidárias em contraposição à lógica capitalista: individu-

alismo e competição *versus* cooperação e solidariedade; desconfiança no pobre *versus* credibilidade solidária; lucro apropriado individualmente *versus* apropriação coletiva do excedente para fortalecer a rede.

Novas ousadias e novo produto

À medida que a proposta de socioeconomia solidária se enraizava no imaginário popular, adquirindo credibilidade junto à população, o Banco Palmas foi diversificando suas atividades, criando novos projetos e complexificando as suas ações. Os projetos de produção - PALMAFASHION (confecção de roupas), PALMALIMP (fabricação de produtos de limpeza), Agricultura Orgânica (produção de hortaliça e de galinha caipira) - concretizam essa tendência e, como examinaremos mais adiante, a criatividade e a ousadia não se esgotam aí. Tal expansão foi também possível devido à ampliação do crédito inicial e à abertura de novos financiamentos logrados em outras instituições (governamentais e não-governamentais), cujo caráter positivo e de exemplaridade a experiência foi mostrando, com o passar do tempo.

Vale destacar que essa ambiência solidária se deve, em grande parte, às investidas realizadas no campo da educação popular. O PALMATECH - a Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária - socializa, troca e constrói novos saberes a partir de uma realidade situada e datada, ou seja, de uma vivência comunitária. Assim, o processo educativo vem se realizando a partir de uma perspectiva holística. Ou seja, ao se trabalhar com a construção da cidadania, a questão do "sujeito" adquire centralidade, demarcando um diferencial no processo formativo calcado não somente na mera capacitação para o trabalho. As questões do empoderamento e da autonomia perpassam, transversalmente, os conteúdos desenvolvidos nos vários projetos de capacitação, com vistas a instituir uma nova cultura política, marcada por valores de base humanista, solidários e éticos.

O processo de educação continuada busca, sempre, articular informações, transformando-as em conhecimento, de modo a metamorfosear as idéias em projetos concretos e viáveis, do ponto de vista social e econômico. Constantemente as questões do trabalho e do mercado são examinadas, não somente numa perspectiva reativa, de contraposição ao capitalismo, mas também numa perspectiva propositiva, de tratar o presente como uma antecipação de um futuro, em que um outro mundo é possível.

As categorias de trabalho e mercado são centrais. O trabalho não é reduzido à vertente da acumulação e do capital monetário; ele é visto como a célula da socioeconomia solidária que agrega valor e que, portanto, se expressa como uma instância fundamental da reprodução da vida e da realização humana. Nessa direção, institui-se uma nova lógica e um outro patamar de controle social em que a questão do poder abre um leque de possibilidades inclusivas, buscando satisfazer coletivamente e solidariamente as necessidades dos grupos e das pessoas envolvidas.

O mercado é um espaço fundamental como instância de troca para comercializar produtos e serviços. O trabalho agregado encarna um valor de uso, ou seja, a fim de viabilizar o consumo de outros bens e serviços que outros produzam, priorizando aqueles originários de arranjos solidários.

Atualmente o Banco Palmas introduziu a moeda solidária¹¹ - Palmares - como mais um componente do sistema financeiro solidário. Associada ao crédito solidário que constitui uma alavanca de desenvolvimento econômico e de resgate da cidadania¹², a moeda - como "equivalente geral" e com circulação restrita no bairro - vem alargar as possibilidades de financiamento e de compras, unindo mais ainda produtores e consumidores solidários.

Um elemento que merece destaque diz respeito ao *marketing* amplamente desenvolvido, interna e externamente, dando visibilidade aos impactos realizados, no que concerne aos avanços nos planos objetivo e subjetivo: a população passa

a se orgulhar de morar numa localidade na qual a socioeconomia solidária vem gerando processos inclusivos, dos pontos de vista social, econômico e político.

Tecendo algumas conclusões

Como o presente trabalho traz resultados preliminares de uma pesquisa em curso, ele está permeado de lacunas que serão minimizadas no transcorrer do processo investigativo. A temática é instigante por levantar questões inovadoras no que se refere à lógica dominante, imposta pelas relações capitalistas. As experiências desenvolvidas e os valores incorporados a partir das micro-intervenções solidárias desenvolvem uma sinergia que contagia não somente os seus protagonistas, mas também aqueles que se acercam das vivências na condição de assessores e / ou estudiosos da matéria.

A ação sistêmica do Banco Palmas, com múltiplas iniciativas, vem permitindo um patamar de sustentabilidade capaz de colocá-la como um embrião alternativo às relações capitalistas. Com isso, não se pretende ignorar as inúmeras adversidades enfrentadas pela experiência - desde as de natureza financeira, passando pelos conflitos gerados pelos novos paradigmas do micro-crédito face aos valores constantemente propagados pela lógica capitalista. Daí o grande investimento realizado ao longo do processo, estimulando coletivamente a capacidade sinérgica, incorporando de forma permanente novas informações e conhecimentos capazes de facilitar a cooperação no interior das cadeias produtivas e entre as redes, no sentido de trabalhar os conflitos e inibir os valores, os interesses individualistas e alienantes do mercado dominante, "controlado pelos poderes monopolistas e submetido a uma concorrência selvagem. (CORAGGIO, 2000, p.122).

Outro aspecto relevante a ser destacado diz respeito à transversalidade atribuída à proposta educativa, incorporando o componente inter-geracional e de gênero, de modo a difundir e comprometer os diferentes segmentos sociais

com o desenvolvimento da socioeconomia solidária. A difusão capilar dessa economia atua de forma a fazer com que os vários atores sociais interajam, compartilhando ações com vistas a empreender intervenções concretas, geradoras de rupturas no cotidiano popular, construindo uma força endógena, irradiando constantemente novas práticas e novas possibilidades históricas.

Essa força interior tem se espalhado em outros contextos, seja no seio dos setores populares, seja nos setores governamentais e acadêmicos. As lições do Banco Palmas vêm se somando a outras experiências em que o microcrédito não se resume a emprestar bem o dinheiro e assegurar o retorno - ele busca gerar impactos mais amplos e profundos, daí a ênfase nos aspectos sócio-educativos, no processo de atribuição do crédito, visando, com base no desenvolvimento local, impulsionar o associativismo.

As formas criativas de distribuição do crédito e do desenvolvimento da produção e circulação de mercadorias e de serviços na área de atuação do Banco têm proporcionado a ampliação de oportunidades de trabalho e renda, através de instrumentos de apropriação coletiva, mediante práticas autogestionárias.

O projeto de socioeconomia solidária em curso no conjunto Palmeiras vem apresentando indicadores de sustentação político-social em face, sobretudo, das novas relações econômicas e sociais instituídas e protagonizadas por atores locais desde sua gênese. A participação de entidades governamentais e não-governamentais tem sido importante no sentido de apoiar sem, contudo, tolher a autonomia nem interferir, de forma autoritária, na concepção, desenho e dinâmica do projeto. Isso não significa a inexistência de contradições e conflitos, ao longo dos processos de negociação instauradores de uma nova institucionalidade frente às políticas públicas e às redes de sociabilidade da comunidade. Tais embates têm contribuído para ampliar a capacidade de superação dos mesmos, bem como para a demarcação da identidade dos

atores locais, contraditoriamente engendrada a partir da convivência com interesses diferenciados.

O caráter agregador da socioeconomia solidária vem sendo pedagogicamente trabalhado em várias dimensões, gerando empoderamento, resgatando a auto-estima individual e coletiva e instigando a capacidade criativa e empreendedora. Isso tem fortalecido a valoração interna e externa dos seus produtos e serviços, sobretudo das novas relações sócio-produtivas instituídas. A exemplaridade da experiência do Banco Palmas vem se expandindo e se somando a outros projetos de socioeconomia solidária em curso, dentro e fora do país.

A multiplicação de experiências de práticas solidárias no âmbito da economia - ressignificando as relações de poder e redimensionando a lógica das políticas públicas, através de uma atuação em redes - tem levado a academia a refletir e a compreender, a partir de inúmeras janelas analíticas, o atual tecido social na perspectiva de constituição de uma nova disputa hegemônica.

Assim, a concepção do Banco Palmas - e dos outros elos da rede de socioeconomia solidária - se insere no governo Lula e no contexto das políticas públicas, instaurando uma nova institucionalidade em decorrência da luta e da mobilização da sociedade civil organizada. Trata-se, segundo o governo federal, de uma política estratégica pautada no potencial coletivo, em que a resistência e a ação concreta se somam, fazendo brotar novos arranjos produtivos e um novo mercado baseado na solidariedade, na cooperação e em princípios democráticos.

Exemplo disso é a recente criação da Secretaria Executiva de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, sob a direção do professor Paul Singer. Com isso, a socioeconomia solidária passa a ocupar um espaço institucional, um locus governamental, no sentido de estimular e apoiar tais experiências e, ao mesmo tempo, potencializar metamorfoses no âmbito do Estado. Assim, já é possível visualizar novos arranjos políticos e posturas administrativas que apoiem e disseminem

práticas democráticas e participativas, bem como comprometam o corpo técnico com essas alternativas de geração de emprego e renda e instigando a configuração de uma nova ordem social.

Experiências desse porte são capazes de disseminar e espalhar mudanças não somente conjunturais, desenhando novas institucionalidades, fecundando reformas e novos pactos sociais frente à lógica neoliberal, aprofundando, assim, a luta pela democracia no espaço do Estado e da sociedade civil.

Notas

¹ Cabe salientar que, mesmo no quadro de inserção subordinada no contexto latino-americano, existem especificidades em relação às posturas políticas adotadas pelos governos nacionais.

² Fragilidade em relação ao "desenvolvimento" preconizado e à sua incapacidade de espalhar os seus frutos para amplos setores sociais. A submissão ao modelo neoliberal vem subtraindo a capacidade de respostas econômicas e sociais necessárias, face ao crescente endividamento interno e externo.

³ Merece destacar a iniciativa do MESA ao prever, no Plano de Metas do Governo Federal (2003) a instalação de quarenta Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), cujo foco é articular as diferentes forças políticas dos municípios componentes da microrregião definida para objeto de intervenção. Para tanto, é fundamental a construção de parcerias entre instituições governamentais com ONGs e com outros setores da sociedade civil organizada. O CONSAD objetiva construir e operacionalizar ações pactuadas por intermédio de empreendimentos socioeconômicos, socialmente justos e sustentáveis, a partir do desenvolvimento de cadeias produtivas locais baseadas em procedimentos cooperativos.

⁴ De um lado, há resistências na própria máquina estatal; de outro lado, exige-se um

tempo político de aprendizado e de internalização de um novo paradigma de política pública em que é decisivo o papel da sociedade civil.

⁵ A nova Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em junho de 2003, se propõe a apoiar e estimular o fortalecimento e a criação das iniciativas de socioeconomia solidária no âmbito de entidades, instituições e empreendimentos de autogestão. A criação da nova secretaria na estrutura de governo federal é uma medida inédita e tem como missão estimular iniciativas de trabalho e renda - como as cooperativas de serviço, a agroindústria familiar e as cooperativas de mão-de-obra, como alternativas de combate ao desemprego, à exclusão social e à fome. "A nova Secretaria Nacional de Economia Solidária abre espaço para que a sociedade batalhe suas próprias formas de superar a exclusão social", disse o ministro do Trabalho e Emprego, Jacques Wagner, ao empossar o novo secretário Paul Singer, economista e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP).

⁶ A socioeconomia solidária é também conceituada como economia solidária e economia dos setores populares. Na sua essência, busca caracterizar-se como unidade produtiva autogestionária, desenvolvendo ações coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar.

⁷ A experiência de Mondragón, na Espanha, na Argentina e nos países escandinavos, tais como Finlândia, Dinamarca e Suécia, constitui exemplo de empreendimento solidário.

⁸ Existe uma discordância de Paul Singer em relação a Coraggio, na utilização do conceito de setores populares, por este englobar um conjunto diversificado de segmentos sociais, sendo, parte deles, integrantes da economia capitalista.

⁹ Ao longo dos últimos dez anos, várias lideranças do Conjunto Palmeiras realizaram o Curso de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular junto à ONG Cearah Periferia, e alguns alunos que se destacaram colaboraram na condição de monitores.

¹⁰ O índice de inadimplência registrado é considerado relativamente baixo. Em comparação com os cartões usuais, não ultrapassa 3,5%.

¹¹ A moeda, criada recentemente, deverá ser objeto de estudo a partir de uma análise mais ampla e aprofundada, verificando sua relação com o cartão, em investigações futuras.

¹² O volume de crédito se diferencia de acordo com as características do projeto e com as características do demandante. A renovação de um crédito pode ser ampliada, sempre que seja solicitada, desde que o cliente tenha cumprido plenamente o contrato anterior.

Anexo "Banco Palmas": projetos desenvolvidos no período de 1998-2003

Banco Palmas

Sistema integrado de microcrédito que objetiva organizar os moradores, a fim de produzirem e consumirem no bairro (articulação de cadeias produtivas). Sensibiliza a população para desenvolver projetos de baixo custo de forma sustentável para proporcionar o desenvolvimento local e solidário.

Palma Card

É o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. O cartão tem crédito inicial de R\$ 20,00 (vinte reais), podendo chegar até o valor máximo de R\$ 100,00 (cem reais).

Moeda Solidária - Palmares (P\$)

Moeda social local com valor equivalente ao real. Foram colocados em circulação, inicialmente, R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) que vêm sendo disponibilizados para concessão de microcréditos.

Palmart

Grupo de artesanato, formado por 7 (sete) mulheres da comunidade que utilizam técnicas de fuxico e estamparia.

Incubadora Feminina

É uma linha de crédito específico para as mulheres que, durante o período de incubação, elaboram um plano de negócio para estruturarem um empreendimento pessoal ou coletivo.

PalmaCasa

Linha de crédito para pequenas reformas de moradia. As famílias fazem um orçamento em um depósito de construção do bairro e pagam no período de seis meses com juros de 1,5% ao mês.

Loja Solidária

Comercialização de produtos fabricados no bairro. O espaço é organizado na sede da ASMOCONP. Os produtores direcionam 1% das vendas para a manutenção da loja.

Escola Comunitária de Economia (Palmatech)

Objetiva capacitar pessoas, através de cursos, oficinas e outros treinamentos pedagógicos, para o processo de gestão, tendo em vista desenvolver aprendizados relacionados com a cultura da solidariedade, dando suporte aos vários projetos desenvolvidos na comunidade. Conta com recursos do FAT e OXFAM.

Feira dos Produtores Locais

É uma feira realizada semanalmente para comercializar os produtos feitos no bairro, quando também são apresentados artistas populares locais. Das vendas realizadas, 2% são destinadas para cobrir as despesas da feira.

Palmafashion

Grupo que confecciona roupas, formado por 12 (doze) mulheres da comunidade.

Clube de Trocas

É uma articulação entre produtores, prestadores de serviços e consumidores do bairro, que se reúnem semanalmente para trocarem seus bens e serviços, utilizando a moeda social criada pelo Banco Palmas - Palmares.

Agricultura Urbana

Linha de crédito para projetos de Agricultura Urbana desenvolvidos nos quintais das residências.

Palmalimpe

Microempresa de materiais de limpeza, formada por 5 (cinco) jovens da comunidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Contra fogos*. Paris: Celta, 1998.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Editorial Amalgama, 1994.

BRAGA, Elza Maria Franco. *Os labirintos da habitação popular (conjuntos, programas e atores)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

CACCIA BAVA, Silvio et al. (org.). *Novos contornos de gestão local*. São Paulo: POLIS; Programa gestão pública e cidadania / FGV-EASP, 2002.

CONSTANZO, Alba Zambrano. *Liderazgo para el empoderamiento comunitario*. (mimeo). Chile, s/d.

CORREIA LEITE, José. Entrevista Reinaldo Gonçalves. In: *Teoria e Debate*, São Paulo, n.52., p. 36-43

KRAYCHETE, Gabriel, et al. (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELO NETO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra (org.). *Bairros pobres ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHERRER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

SOUSA SANTOS, Bonventura de. (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.